



CONTAS 2017

FUNDAÇÃO AEP

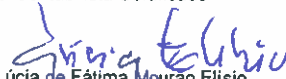
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2017	31 Dezembro 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	8	2 370 617	2 314 710
Ativos intangíveis	7	1 667	2 167
Investimentos Financeiros		830 433	746 465
Ações Nexponor	9	804 213	720 434
Outros	9	26 220	26 031
Total do ativo não corrente		3 202 716	3 063 342
ATIVO CORRENTE:			
Créditos a receber	10	46 595	33 202
Estados e outros entes públicos	12	6 274	40 514
Diferimentos	-	1 940	601
Outros ativos correntes	10	427 568	414 319
Caixa e depósitos bancários	4	244 409	314 650
Total do ativo corrente		726 786	803 286
Total do ativo		3 929 502	3 866 628
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11	3 800 000	3 775 000
Resultados transitados	11	(262 792)	(265 939)
Resultados transitados (Variação Ações Nexponor)	11	(145 684)	(145 684)
Excedentes de revalorização de ativos	11	264 923	219 528
Outras variações nos fundos patrimoniais	11	2 000	2 000
		3 658 447	3 584 905
Resultado líquido do período		4 753	3 147
Total do fundo patrimonial		3 663 200	3 588 052
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	9	20 000	-
Impostos diferidos	12	51 547	56 113
Total do passivo não corrente		71 547	56 113
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	10	109 459	165 431
Estado e outros entes públicos	13	58 648	32 631
Outros passivos correntes	10	26 619	24 401
Diferimentos	-	28	-
Total do passivo corrente		194 755	222 463
Total do passivo		266 302	278 576
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 929 502	3 866 628

O anexo faz parte integrante do Balanço

O Contabilista Certificado


Lúcia de Fátima Mourão Elísio

O Conselho de Administração


José Paulo Sá Fernandes Nunes de Almeida – Presidente


António Manuel Barbot Campos e Matos – Vogal


Luís Miguel Magalhães Ribeiro – Vogal


Maria Benedita Andrade Amorim Martins – Vogal

Paulo José das Neves Vaz – Vogal



1

FUNDAÇÃO AEP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS		Dezembro 2017	Dezembro 2016
Vendas e serviços prestados	14	94 686	42 306
Subsídios, doações e legados à exploração	15	1 414 551	507 347
<i>Subsídios</i>		1 160 051	399 947
<i>Legados à exploração</i>		254 500	107 400
Fornecimentos e serviços externos	17	(1 303 003)	(391 894)
Gastos com o pessoal	18	(176 730)	(141 987)
Ganhos / Reduções de justo valor	9	18 779	(352)
Provisões (aumentos / reduções)	9	(20 000)	-
Outros rendimentos	-	8 525	13 339
Outros gastos	-	(6 524)	(4 892)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		30 284	23 868
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(25 574)	(22 602)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 710	1 265
Juros e rendimentos similares obtidos	16	43	1 882
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		4 753	3 147
Imposto sobre o rendimento do período	19		-
Resultado líquido do período		4 753	3 147

O anexo faz parte integrante da Demonstração de Resultados

O Contabilista Certificado


Lúcia de Fátima Mourão Elísio

O Conselho de Administração


José Paulo Sá Fernandes Nones de Almeida - Presidente


António Manuel Barbot Campos e Matos - Vogal


Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Vogal


Maria Benedita Andrade Amorim Martins - Vogal

Paulo José das Neves Vaz - Vogal



FUNDAÇÃO AEP

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

2016							
	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2016		3 725 000	(417 723)	-	2 000	6 100	3 315 377
Alterações no período:							
Excedentes de revalorização	11	-	8 100	219 528	-	-	219 528
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	-	-	-	(6 100)	-
		<u>3 725 000</u>	<u>(411 623)</u>	<u>219 528</u>	<u>2 000</u>	<u>-</u>	<u>3 534 005</u>
Resultado líquido do período						3 147	3 147
Resultado integral						<u>3 147</u>	<u>3 147</u>
Operações com instituidores no período							
Fundos	11	50 000	-	-	-	-	50 000
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-
Outras operações		<u>50 000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50 000</u>
Posição no fim do período 2016	11	<u>3 775 000</u>	<u>(411 623)</u>	<u>219 528</u>	<u>2 000</u>	<u>3 147</u>	<u>3 588 052</u>
2017							
	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2017	11	3 775 000	(411 623)	219 528	2 000	3 147	3 588 052
Alterações no período:							
Excedentes de revalorização	11	-	3 147	45 395	-	(3 147)	45 395
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	-	-	-	-	-
	11	<u>3 775 000</u>	<u>(408 476)</u>	<u>264 923</u>	<u>2 000</u>	<u>-</u>	<u>3 633 447</u>
Resultado líquido do período						4 753	4 753
Resultado integral						<u>4 753</u>	<u>4 753</u>
Operações com instituidores no período							
Fundos		25 000	-	-	-	-	25 000
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-
Outras operações		<u>25 000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25 000</u>
Posição no fim do período 2017	11	<u>3 800 000</u>	<u>(408 476)</u>	<u>264 923</u>	<u>2 000</u>	<u>4 753</u>	<u>3 663 200</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações de alterações nos fundos patrimoniais

O Contabilista Certificado

Lucia de Fátima Mourão Elísio
Lucia de Fátima Mourão Elísio

O Conselho de Administração

José Paulo da Silva Fernandes
José Paulo da Silva Fernandes - Presidente

António Manuel Barbot Campos e Matos
António Manuel Barbot Campos e Matos - Vogal

Luis Miguel Magalhães Ribeiro
Luis Miguel Magalhães Ribeiro - Vogal

Maria Benedita Andrade Amorim Martins
Maria Benedita Andrade Amorim Martins - Vogal

Paulo José das Neves Vaz - Vogal

Paulo José das Neves Vaz

FUNDAÇÃO AEP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	285 123	54 834
Pagamentos a fornecedores	(1 390 156)	(252 288)
Pagamentos ao pessoal	(163 034)	(91 704)
Caixa gerada pelas operações	(1 268 068)	(289 157)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(289)	(155)
Outros recebimentos / pagamentos	66 748	(55 048)
Fluxos das atividades operacionais [1]	(1 201 608)	(344 361)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Fundo Social		50 000
Subsídios à exploração		255 641
Juros e rendimentos similares	1 131 368	1 411
Outros activos		
	1 131 368	307 052
Pagamentos provenientes de:		
Fundo Social		
Juros e rendimentos similares		
Investimentos financeiros		
Dividendos		
	*	*
Fluxos das atividades de financiamento [3]	1 131 368	307 052
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(70 241)	(37 308)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	314 650	351 958
Caixa e seus equivalentes no fim do período	244 409	314 650

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado


Lúcia de Fátima Mourão Elísio

O Conselho de Administração

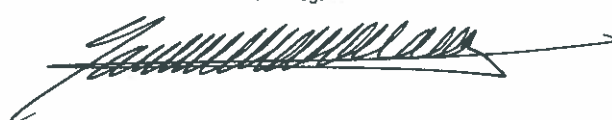

José Paulo Sá Fernandes Nunes de Almeida – Presidente


António Manuel Barbot Campos e Matos – Vogal


Luis Miguel Magalhães Ribeiro – Vogal


Maria Benedita Andrade Amorim Martins – Vogal

Paulo José das Neves Vaz – Vogal



Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

1.1 Designação da Entidade:

FUNDAÇÃO AEP

1.2 Sede:

Avenida da Boavista, 2671
4100-135 Porto

1.3 NIPC:

509 536 786

1.4 Natureza da atividade:

A Fundação AEP ("Fundação") é uma pessoa coletiva de direito privado e tipo fundacional, sem fins lucrativos, com estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, conforme despacho nº 245/2011 de 06 de Janeiro de 2011 e nos termos do Decreto-lei 460/77 de 7 de Novembro, com a redação dada pelo Decreto-lei 391/2007 de 13 de Dezembro, tendo sido constituída em 19 de Novembro de 2009, com sede no Porto, e iniciado a atividade a 01 de Setembro de 2010.

A Fundação tem como objetivo a realização, apoio e patrocínio de ações de carácter técnico, promocional, cultural, científico, educativo e formativo que contribuam para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a modernização e melhoria de condições na área empresarial; a difusão de conhecimento na área das ciências empresariais, em ordem a apoiar a comunidade, as empresas e os empresários, na resposta aos desafios da sociedade contemporânea.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março, no quadro das disposições em vigor em Portugal para as Entidades do Sector Não Lucrativo, adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de

Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

A preparação da informação financeira de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, tem por a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009 de 7 de Setembro e 6726-B/2011 de 14 de Março, no Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e nas portarias 105/2001 e 103/2011 de 14 de Março.

As demonstrações financeiras apresentadas tiveram em consideração os novos modelos preconizados pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho.

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euro, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Fundação opera.

É do entendimento da Administração da Fundação que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as suas operações, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

A empresa procedeu em 2017 à revalorização de todos os terrenos e edifícios, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Esta alteração de política permite a atualização dos valores dos terrenos e edifícios aos valores de mercado.

O efeito da revalorização nas DFs traduziu-se numa atualização do valor dos terrenos para 689 224 Euros (426 042 Euros em 2016).

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Fundação espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são divulgados deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas foram as constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 e correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	100; 50; 20; 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os aumentos à quantia escriturada resultantes da revalorização estão creditados em excedentes de revalorização de AFT, nos capitais próprios da empresa, e as respectivas reduções debitadas (resultantes das depreciações).

3.3- Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Designação	Anos
Equipamento publicitário	10

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

3.4 – Investimentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e incluem as contas a receber e a pagar, caixa, depósitos bancários e financiamentos obtidos e concedidos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AEP', 'f', 'RB', and a large 'X' with the number '6' below it.

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e que não correspondam a investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos nem a investimentos em associadas, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são avaliados quanto a imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Fundação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos

Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.

No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a Fundação não tem instrumentos compostos.

3.5 Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada através do método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'ACF', 'TB', and a large 'X'.

- Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber são calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal líquido de eventuais comissões, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a Fundação não tem registada qualquer obrigação decorrente deste tipo de contratos.

- Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Fundação entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.6- Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Fundação;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.



O rédito proveniente dos subsídios à exploração recebidos é reconhecido com referência à realização dos acontecimentos relacionados com a obtenção dos referidos subsídios.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Fundação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

(b) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(c) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

(d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

3.8- Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte estão relacionadas:

- a) Justo valor e vidas úteis dos activos fixos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- b) Registo de provisões e perdas por imparidade;
- c) Reconhecimento custos e ganhos a pagar e/ou receber, diretamente associadas ao rédito

3.9- Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Numerário	205	91
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	244 205	314 559
	244 409	314 650
	244 409	314 650



5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

A Fundação adotou na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 as NCRF (Nota 2).

Alteração em políticas contabilísticas

A empresa procedeu em 2016 à revalorização de todos os terrenos e edifícios, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo.

Esta alteração de política permite a atualização dos valores dos terrenos e edifícios aos valores de mercado.

6 PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas

Os termos e condições praticados nas operações da Fundação com as outras partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que seriam praticados com entidades independentes.

As entidades relacionadas encontram-se caracterizadas abaixo:

AEP – Associação Empresarial de Portugal, com sede Avenida da Boavista, 2671 4100-135 Porto em Portugal, por via Estatutária.

No decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Serviços obtidos 2017	Serviços obtidos 2016
Entidades com controlo conjunto influência significativa		
Outras partes relacionadas	6.000	6.000
	<u>6.000</u>	<u>6.000</u>



AEP
FUNDAÇÃO

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'ACM', 'TEB', and other illegible marks.

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a Fundação apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2017:

	Contas a receber correntes	Contas a receber líquidas (Nota 11)	Contas a pagar correntes	Total contas a pagar (Nota 11)
Outras partes relacionadas	<u>135.116</u>	<u>135.116</u>	<u>2.172</u>	<u>2.172</u>
	<u>135.116</u>	<u>135.116</u>	<u>2.172</u>	<u>2.172</u>

2016:

	Contas a receber correntes	Contas a receber líquidas (Nota 11)	Contas a pagar correntes	Total contas a pagar (Nota 11)
Outras partes relacionadas	<u>126.114</u>	<u>126.114</u>	<u>1.230</u>	<u>1.230</u>
	<u>126.114</u>	<u>126.114</u>	<u>1.230</u>	<u>1.230</u>

No decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, não foram registados quaisquer gastos com dívidas incobráveis e perdas por imparidade referentes a partes relacionadas.



7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2017		
	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos		
Saldo inicial	5 000	5 000
Saldo final	5 000	5 000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	2 833	2 833
Amortizações do exercício	500	500
Saldo final	3 333	3 333
Ativos líquidos	1 667	1 667

2016		
	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos		
Saldo inicial	5 000	5 000
Saldo final	5 000	5 000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	2 286	2 286
Amortizações do exercício	547	547
Saldo final	2 833	2 833
Ativos líquidos	2 167	2 167

Este valor refere-se ao *site* que entrou em funcionamento em 2011.



8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2017					
	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	426 043	1 990 077	7 772	23 072	2 446 964
Aquisições		36 719		382	37 101
Outras variações	263 181	(223 453)			39 728
Saldo final	689 224	1 803 343	7 772	23 454	2 523 793
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		108 977	5 246	13 880	128 103
Amortizações do exercício		22 591	812	1 671	25 074
Saldo final		131 568	6 058	15 551	153 177
Ativos líquidos	689 224	1 671 775	1 714	7 903	2 370 617

No período em análise efetuou-se uma atualização aos valores do edifício revalorizado pela 1ª vez em 2016, com base no relatório do perito avaliador com efeitos à data de 31 de dezembro de 2017.

2016					
	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	375 000	1 753 621	7 772	22 945	2 159 338
Aquisições		7 708		127	7 835
Outras variações	51 043	224 598			275 641
Saldo final	426 043	1 985 927	7 772	23 072	2 442 814
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		89 309	4 481	12 258	106 048
Amortizações do exercício		19 668	765	1 622	22 055
Saldo final		108 977	5 246	13 880	128 103
Ativos líquidos	426 043	1 876 950	2 526	9 191	2 314 710



9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 as participações financeiras da Fundação eram as seguintes:

Valorizados ao custo de aquisição deduzido de imparidades

	2017	2016
Associação de Parques de Exposição do Norte - Exponor	1 000	1 000
CESAE - Centro de Serviços e Apoio às Empresas	25 000	25 000
NEXPONOR, SICAFI, S.A.	804 213	720 434
Outros (Fundo de Compensação)	220	31
	<u>830 433</u>	<u>746 465</u>

Valorizados ao Justo Valor

	2017	2016
NEXPONOR, SICAFI, SA	<u>804 213</u>	<u>720 434</u>
	<u>804 213</u>	<u>720 434</u>

A variação ocorrida durante o ano de 2017 decorreu da aquisição de 16 347 ações à AEP pelo valor de mercado (3,976 €/ação), bem como da atualização de ganho por justo valor (18 779,03 €).



10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de instrumentos financeiros (ativos e passivos) em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são detalhadas conforme se segue:

	2017		2016	
	Custo / Custo amortizado	Quantia escriturada líquida	Custo / Custo amortizado	Quantia escriturada líquida
ATIVOS FINANCEIROS				
Disponibilidades:				
Numerário (Nota 4)	205	205	91	91
Depósitos à ordem (Nota 4)	244 205	244 205	314 559	314 559
	244 409	244 409	314 650	314 650
Ativos financeiros ao custo amortizado:				
Clientes	46 595	46 595	33 202	33 202
Outras contas a receber	427 568	427 568	414 319	414 319
	474 163	474 163	447 521	447 521
	718 572	718 572	762 171	762 171

PASSIVOS FINANCEIROS	2017	2016
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Fornecedores (Nota 6)	109 459	165 431
Outras contas a pagar (Nota 6)	26 619	24 401
	136 078	189 832



10.2 Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica clientes apresentava a seguinte composição:

	2017		2016	
	Quantia bruta	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Quantia escriturada líquida
Não vencido:				
0-180 dias	46 595	46 595	33 202	33 202
	<u>46 595</u>	<u>46 595</u>	<u>33 202</u>	<u>33 202</u>

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica outros créditos a receber apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Quantia bruta	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Quantia escriturada líquida
Correntes:				
Devedores por acréscimo de rendimento	267 231	267 231	238 504	238 504
Outras contas a receber	160 337	160 337	175 814	175 814
	<u>427 568</u>	<u>427 568</u>	<u>414 319</u>	<u>414 319</u>



10.3 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	109 459	165 431
	<u>109 459</u>	<u>165 431</u>

10.4 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro 2017 e 2016 a rubrica "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimo de gastos	24 282	22 131
Outros credores (Nota 6)	2 337	2 270
	<u>26 619</u>	<u>24 401</u>

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica "Credores por acréscimos de gastos" tinha a seguinte composição:

	2017	2016
Remunerações a liquidar	21 342	20 431
Outros acréscimos de custos	2 940	1 700
	<u>24 282</u>	<u>22 131</u>



11 FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2017, o Fundo Social da Fundação é de 3.800.000 Euros e está totalmente subscrito e realizado.

A Fundação não está sujeita à obrigatoriedade de constituição de Reservas Legais dada a sua natureza jurídica. Os valores que compõem os fundos patrimoniais, exceto em caso de liquidação, em que a decisão compete ao Conselho de Curadores, não são distribuíveis aos associados, podendo apenas ser utilizados para a cobertura de prejuízos ou em investimentos em atividades que constituam o objeto da Fundação.

Durante o período de 2017 o Fundo Patrimonial foi aumentado em 25.000 €.

O Fundo foi reforçado no montante global de 25.000€ com a entrada da seguinte entidade:

EXPONOR-FIPORTO - FEIRA INTERNACIONAL DO PORTO, S.A.

O aumento do Fundo Patrimonial será realizado dentro dos prazos previstos no decurso de 2018.

12 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência do reconhecimento da nova avaliação ao terreno e edifício da sede no período em análise, foram desreconhecidos em passivos por impostos diferidos 4.566 € ficando o valor global em 51.547 €.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Imposto s / Rendimento	2 996	-	2 996	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		4 000		3 856
Imposto sobre o valor acrescentado	-	48 391	-	22 842
Contribuições para a Segurança Social	-	6 257	-	5 934
Outros Impostos	3 278	-	37 519	-
	6 274	58 648	40 514	32 631



AEP
FUNDAÇÃO

A rubrica "Outros Impostos", no valor de 3.278 €, inclui IMI e IMT cujo pagamento indevido foi já reclamado à Autoridade Tributária, uma vez que a entidade foi reconhecida como sendo de "Utilidade Pública".

14 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Fundação nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
Prestação de serviços	94 686	42 306
Juros obtidos	43	1 882
Outros	1 441 855	507 347
	<u>1 536 584</u>	<u>551 535</u>

	2017	2016
Serviços às empresas	94 686	42 306
	<u>94 686</u>	<u>42 306</u>

15 SUBSÍDIOS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2017 a Fundação beneficiou dos seguintes subsídios à exploração por parte do Governo, no âmbito do programa COMPETE:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração:	1 641 510	1 313 531	307 073	1 160 051	1 583 350
	<u>1 641 510</u>	<u>1 313 531</u>	<u>307 073</u>	<u>1 160 051</u>	<u>1 583 350</u>

Também compõem a conta de subsídios os patrocínios recebidos no montante de 254 500€.



16 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Não existem gastos de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito (Nota 18)	43	1 882
Outros	43	1 882
	<u>43</u>	<u>1 882</u>

17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é conforme segue:

	2017	2016
Subcontratos	15 712	15 676
Electricidade	14 360	13 170
Água	2 706	2 239
Material de escritório	1 006	310
Rendas e alugueres	136	1 242
Conservação e reparação	5 403	4 876
Comunicação	2 574	2 498
Publicidade	0	2 444
Vigilância e segurança	18 186	16 405
Trabalhos especializados	1 235 000	327 944
Honorários	327	250
Seguros	1 882	1 825
Limpeza, higiene e conforto	242	285
Outros fornecimentos e serviços	5 469	2 729
	<u>1 303 003</u>	<u>391 894</u>

18 GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de "Gastos com pessoal", nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Remunerações do pessoal	144 405	116 750
Encargos sobre remunerações	30 167	24 510
Indemnizações	1 275	-
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	883	727
	<u>176 730</u>	<u>141 987</u>

Não existem quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos relativamente aos órgãos sociais.

O número médio de empregados de 2017 foi de 6 colaboradores.

19 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação é tributada sobre os rendimentos das diversas categorias do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e, nos termos do art.º 49 B do Estatuto dos Benefícios Fiscais dado o seu estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, é-lhe concedida isenção para todos os rendimentos, exceto comerciais, industriais ou de capitais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.



AEP
FUNDAÇÃO

20 CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS

Não existem passivos contingentes no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

21 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 22 de Março de 2018. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Conselho de Curadores, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

O Técnico Oficial de Contas

Lúcia de Fátima Mourão Elísio

O Conselho de Administração

José Paulo Sá Fernandes Nunes de Almeida – Presidente

António Manuel Barbot Campos e Matos – Vogal

Luís Miguel Magalhães Ribeiro – Vogal

Maria Benedita Andrade Amorim Martins – Vogal

Paulo José das Neves Vaz – Vogal